

## **Resumo**

A presente pesquisa objetiva compreender quais perspectivas e discursos estão por trás do processo de criação de um currículo específico de Ensino Religioso na Rede de Ensino no Estado do Acre, definindo-se como ponto de partida as discussões atuais em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, na qual o Ensino Religioso volta a ser uma das disciplinas presentes no Ensino Fundamental e um tema amplamente discutido. Além da elaboração de um documento curricular que a Secretaria do Estado do Acre está formulando para o ensino religioso no Estado do Acre, o qual norteia também, as decisões e as práticas do município de Rio Branco. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, uma pesquisa com o cotidiano, cotidiano este que envolve desde as instituições e os sujeitos envolvidos na pesquisa, até a análise dos documentos. Os sujeitos da pesquisa são constituídos por representantes das instituições responsáveis pela discussão em torno da regulamentação e da implementação das propostas curriculares de Ensino Religioso para o Estado do Acre. Os resultados encontrados relevam que existem conflitos muito claros entre as esferas representadas nesse processo de criação de um currículo para o Ensino Religioso no Estado do Acre. Identificou-se também que, no cenário nacional, as polêmicas sempre foram frequentes em torno da presença do Ensino Religioso nas escolas. Grupos que defendem, grupos que são contrários à ideia de um ER dentro das escolas vão moldando as temáticas das pesquisas sobre a questão no Brasil. Este estudo aponta para a necessidade de uma melhor compreensão em torno do Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado, tendo em vista que existe um distanciamento muito grande entre o que está prescrito e o que acontece, de fato, nos ambientes escolares. Dessa forma, utilizamos como referentes analíticos as contribuições de Santos (2007), Oliveira (2003), Certeau (1994), Ginzburg (1983), Gonçalves (2018), Alves (2008), Candau (2010), Cunha (1991), Cury (1993; 2004; 2005 e 2018), Junqueira (2004), Sepulveda, D & Sepulveda, J. A. (2017), entre outras contribuições que serão encontradas ao longo do texto.